

Coordenação Europeia Via Campesina

Rue de la Sablonnière 18 – 1000 Bruxelles - www.eurovia.org tel +32 22173112

COMUNICADO DE IMPRENSA (*tradução*)

Annecy, 22 Setembro 2008

Política Agrícola Comum: Não esperemos por 2013!

O Mundo e a Europa em crise exigem mudanças urgentes da PAC.

Para a Coordenação Europeia Via Campesina, é um compromisso de longa data o debate de fundo sobre o futuro e o conteúdo da política agrícola e alimentar na Europa após 2013.

As actuais crises mundiais (clima, energia, biodiversidade, preços alimentares, finanças, migrações,...) alteram o quadro em que a PAC evoluiu nestes 30 anos. No contexto, abrem-se novos espaços incontornáveis para a resolução desses problemas: a soberania alimentar; a regulação dos mercados; a deslocalização das produções alimentares mais próximas dos consumidores.

Por isso, apoiamos a iniciativa da actual Presidência Francesa da União Europeia de levar a cabo, desde já, o debate institucional sobre a PAC 2013, antes do debate sobre o futuro orçamento da UE.

É essencial que a UE mantenha uma política agrícola comum. Certos Estados-membro e agentes políticos e económicos querem acabar com ela e substituí-la por uma simples política de desenvolvimento rural co-financiada pela UE. A “re-nacionalização” da PAC apenas beneficiará os Estados-Membros ricos, em detrimento da solidariedade e da subsidiariedade. Mas a PAC já enveredou por este caminho em 2003.

O Fórum d’Annecy “Uma Agricultura para se Viver” vem mostrar que a população deseja a manutenção e o desenvolvimento de uma agricultura familiar em todas as regiões e que, para tal, é indispensável uma mudança profunda da PAC para fazer uma política reconhecida como legítima, justa, durável e solidária.

A próxima reforma da PAC, que deverá ser adoptada no próximo mês de Novembro, é a ocasião para enveredar nesta direcção. Apelamos, portanto, ao Conselho Agrícola da União Europeia que tome as seguintes medidas:

- Manter as quotas leiteiras após 2015: os Estados-membro, como a França, que se exprimem a favor da regulamentação, tem de assumir aqui claramente as suas responsabilidades;
- Não aumentar anualmente as quotas leiteiras, cujo principal objectivo é baixar o preço do leite, em detrimento dos produtores e em benefício da agro-indústria e das grandes empresas de distribuição;
- Não abandonar a regulação dos mercados, substituindo-a por uma “gestão de riscos” feita de seguros semi-privados: A crise dos preços alimentares mostra que sem regulação não existe segurança alimentar para todos nem estabilidade dos preços agrícolas;
- Voltar a ligar os pagamentos directos à produção;
- Plafonar os pagamentos directos por exploração e por activo agrícola;
- Substituir o tecto de pagamento mínimo proposto pela Comissão por uma ajuda forfetária mínima para as explorações muito pequenas (existem milhões na Roménia, Polónia, Itália,...);
- Aumentar a taxa dos Estados-membros nos termos do artigo 68 e utilizá-la não para seguros, mas dando prioridade às produções em dificuldades (os fundos dos orçamentos agrícolas actualmente não utilizados também devem entrar como contribuição).

As negociações em curso para os acordos de livre comércio com numerosos países terceiros ou regiões estão em contradição com a manutenção de uma agricultura familiar na Europa e nesses países.